

Expansão monetária, maior obstáculo à conversão da dívida

EXT.

AGÊNCIA ESTADO

O principal obstáculo à implementação do projeto de conversão da dívida externa em investimento de risco é a expectativa de uma expansão monetária imoderada, como decorrência da absorção do capital investido em cruzados. Como o governo pretende manter uma política monetária razoavelmente apertada nos próximos meses, para evitar que a inflação também ocorra por essa via, o projeto da conversão será examinado sem pressa.

Há dois projetos básicos, sobre os quais a autoridade monetária se manifestará: o primeiro, de iniciativa do próprio Banco Central, com algumas contribuições do Ministério da Fazenda, ao tempo em que era ministro Dílson Funaro, e outro, elaborado pela Comissão de Valores Mobiliários — CVM — ainda não oficialmente entregue.

De modo geral, as propostas convergem para a necessidade de uma prévia destinação dos recursos convertidos aos setores que, a juízo do governo, devam ser incentivados com novos investimentos. Dois desses setores foram selecionados pelo Ministério da Fazenda: a produção destinada à exportação e os projetos tendentes a reduzir os desníveis regionais.

Para esses dois casos o governo poderá aprovar inclusive incentivos fiscais como forma de atrair os investimentos externos, mas essa questão ainda não foi detalhada pela equipe do ministro Bresser Pereira, atual-

mente envolvida na elaboração do "Plano de Consistência Macroeconômica".

Apesar do interesse demonstrado por bancos estrangeiros e empresas brasileiras, ainda há muitas dúvidas no Banco Central em relação à eficácia de uma maciça conversão de créditos financeiros em capital de risco. Além da questão da pressão monetária — terão de ser emitidos cruzados como contravalor da moeda estrangeira que ingressar — há outras distorções que estão sendo consideradas.

Uma delas é a possibilidade de uma suspensão, por largo período, mesmo depois de resolvida a questão da dívida externa, dos investimentos diretos de capital estrangeiro. Os investidores darão preferência à aquisição de um empréstimo para conversão, com um ágio de 30% ou mais, ao invés de colocar o dinheiro diretamente.

A médio e a longo prazo a conversão pode ser desvantajosa. Como a legislação brasileira permite remessa de lucros de até 12%, sem maior pressão fiscal, e a taxa de juros internacional é de 6% em média, os investidores acabarão remetendo mais do que o valor com o qual ingressaram.

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo Rocha Azevedo, acredita que a conversão da dívida brasileira em investimentos diretos no País "é questão de dias", e poderá chegar, a curto prazo, a um valor próximo de US\$ 5 bilhões.